

A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade

Anita

Brumer¹

Introdução

É grande o número de estudos sobre a juventude, nos últimos 15 anos, em grande parte decorrente da maior presença de jovens reivindicando maior visibilidade e a formulação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer. Mesmo existindo dificuldades operacionais para delimitar o início e o fim do período chamado de ‘juventude’, tendo em vista os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos envolvidos na definição do termo, há algum consenso na consideração de quem é jovem em determinada sociedade. Bourdieu (1983) argumenta que “a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputa em todas as sociedades”. Embora, como indica Durston, “a fase juvenil se caracteriza por uma gradual transição até a assunção plena dos papéis adultos em todas as sociedades, tanto rurais como urbanas” e “a juventude dura desde o término da puberdade até a constituição do casal e de um lar autônomo” (Durston, 1994: 14-5), os limites variam em diferentes sociedades e classes sociais. Eles também variam no tempo. Apesar disso, existe algum acordo na consideração da faixa etária de 15 a 24 anos, *grosso modo*, como o período da juventude, e a noção depende tanto da auto-identificação como do reconhecimento de outros.

Nas abordagens recentes sobre a juventude, diversos autores apontam a mudança de valores e comportamentos registrados nas últimas duas décadas. Leccardi (2005), por exemplo, registra a mudança na noção de tempo, que se caracteriza hodiernamente por seu ‘encurtamento’, pela valorização do presente e do futuro próximo em detrimento do futuro distante. Há, por um lado, o ‘prolongamento’ da fase juvenil e, por outro, “a separação entre trajetórias de vida, papéis sociais e vínculos com o universo das instituições capazes de conferir uma forma estável à identidade”. Como mostra a autora,

É possível entrar no mercado de trabalho, sair dele pouco depois e reingressar novamente, sem que se possa identificar nesses ingressos uma progressão em direção à incorporação de papéis adultos; ou, no que se refere aos estudos universitários, interrompê-los, retomá-los e depois concluí-los, sem que a aquisição de credenciais

¹ Professora Titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pesquisadora 1 A do CNPq.

educacionais represente uma verdadeira “reviravolta” no plano biográfico (Leccardi, 2005: p.50).

A mudança comportamental tem assento em mudanças estruturais, econômicas, sociais, políticas e culturais, trazidas no bojo do avanço do capitalismo para a fase da globalização, de profundas mudanças no mercado de trabalho e do sistema de comunicações.

Quando se focaliza a juventude rural, apesar de haver estudos sobre diferentes aspectos, dois temas são recorrentes: a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração. Já há um grande acúmulo de informações sobre algumas questões e outras têm ficado em segundo plano. Pretende-se, neste trabalho, fazer um balanço do conhecimento existente sobre esses temas, procurando apontar aspectos suficientemente esclarecidos e levantar algumas pistas para novas questões. A análise levará em conta uma revisão bibliográfica sobre a realidade brasileira e a de outros países e observações empíricas realizadas no Rio Grande do Sul, em diferentes oportunidades, entre 1998 e 2003.

Migração juvenil e a visão dos jovens sobre a vida no meio rural

Os dados demográficos sobre a população brasileira demonstram a continuidade do processo migratório campo-cidade nas últimas décadas. Entre os motivos apontados para a emigração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão). Singer (1973) esclareceu que os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: *fatores de mudança* (em grande parte associada à *modernização*), decorrentes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, que acarretam a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo como objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução no nível de emprego; e *fatores de estagnação*, “que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários” (Singer, 1973: p.38). Resumidamente, “os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de

industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo mudança de técnica e, em consequência, o aumento da produtividade do trabalho”. “Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra”. (Singer, 1973: p.38)

Apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação. Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os ‘ruralistas’ predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração.

Como mostra Castro (2005: p.322), “a imagem de um jovem desinteressado pelo campo e atraído pela cidade não é nova, faz parte da literatura clássica sobre o campesinato”, que, juntamente com estudos mais recentes, tratam a questão como “intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato”. Um dos autores que adotam este ponto de vista é Patrick Champagne (1986), para quem a migração pode ser explicada pela rejeição à atividade agrícola. Segundo este autor, “a recusa dos filhos de suceder aos pais é, em primeiro lugar, recusa do modo de vida dos pais”; a crise de reprodução é então uma crise de identidade social (Champagne, 1986: p.77). Champagne constatou que, ao fazer a sua avaliação do modo de vida rural, os jovens comparam-no com o modo de vida urbano, o que os leva a considerar a agricultura de maneira mais negativa do que positiva. Entre os aspectos negativos, eles destacam a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho. Eles mencionam ainda a atividade agrícola penosa, dura e difícil, que submete os trabalhadores ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis, assim como os rendimentos baixos, irregulares e aleatórios. Como aspecto positivo os jovens salientam a relativa autonomia do agricultor, que não depende de um patrão.

De acordo com Champagne, as representações dos jovens resultam da socialização e refletem a visão de mundo e a concepção da profissão dos pais, bem como sua percepção mais ou menos pessimista das perspectivas futuras. Ao fazer essas considerações, os jovens comparam suas condições de vida e aquelas dos trabalhadores

urbanos, levando em conta principalmente as alternativas de lazer, o tempo livre e o volume de preocupações (Champagne, 1986: p.84-5).

Pesquisas realizadas no Brasil (como a de Abramovay et al, 1998) também revelam a continuidade do processo migratório e a visão relativamente negativa dos jovens sobre a atividade agrícola. Seyferth, por exemplo, interpreta que a busca de empregos remunerados pelos jovens do meio rural, como assalariados, “é sempre “obrigação” ou “exclusão” (...) a exclusão da herança da terra, subdivisão da propriedade (...)”. “os filhos são encaminhados para uma profissão assalariada desde cedo, exatamente porque não existem condições objetivas de fazê-los colonos de tempo integral.” (Seyferth, 1991). A autora vai além da explicação de Champagne, com base na representação dos jovens sobre a atividade agrícola, indicando a existência de barreiras concretas à inserção dos jovens na mesma, tais como a falta de acesso à terra (seja pela exclusão na herança da propriedade familiar, pela posse de uma área de tamanho insuficiente para sua reprodução ou pela inviabilidade de uma exploração agrícola familiar² calcada em parceria ou arrendamento) e, como dizem alguns jovens, a falta de incentivos para a agricultura³.

Chama-se a atenção que a rejeição à atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural. Neste sentido, Wanderley (2000) apóia-se em Kayser (1990), que participa do debate sobre a idéia de “fim do rural”, posicionando-se contra ela, ao mostrar que o rural representa um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Wanderley vai na mesma direção ao propor que se considere o meio rural como um espaço de vida singular, constituído historicamente a partir de dinâmicas sociais internas e externas, as primeiras representadas pelas formas e a intensidade da vida social local e as segundas expressas pela integração aos espaços sociais mais amplos, principalmente através de complexas relações associadas ao mercado e à vida urbana (Wanderley, 2000).

Em outro trabalho, Wanderley examinou a visão de parceiros de um assentamento situado na Região Metropolitana de Recife, sobre a vida na cidade e no ‘campo’. Apesar de a cidade ser avaliada de forma negativa, devido à violência, drogas e miséria e à dificuldade de estabelecer relações de confiança, ela também é valorizada

² É preciso distinguir entre a produção baseada na economia familiar (agricultura familiar), na qual são integradas as esferas de produção e de consumo, e a produção com base na economia empresarial, nitidamente capitalista e com uso de mão-de-obra assalariada.

³ Uma jovem de 20 anos, entrevistada na pesquisa realizada pela autora, no interior do Rio Grande do Sul, diz: “todo mundo está indo embora; ninguém vem, ninguém fica. E a região está abandonada. (...) não tem incentivo nenhum, na agricultura; o pessoal não tem apoio da prefeitura”.

positivamente por constituir um centro de serviços e oferecer possibilidades de progresso e educação, como complemento necessário à vida no meio rural. A vida no assentamento é valorizada principalmente pelas relações de amizade e solidariedade e pela maior tranquilidade (Wanderley, 2004: p.66-7). Há ainda a percepção de que “o meio rural oferece aos seus moradores melhores condições de ganhar a vida, tanto pelo caráter autônomo da atividade agrícola quanto pela possibilidade de assegurar a produção direta dos alimentos como mecanismo de adequação a uma economia mercantil que frequentemente lhes é desfavorável” (Wanderley, 2004: p.69).

Outro aspecto apontado pelas pesquisas sobre os jovens rurais é a predominância de moças entre os que saem das áreas rurais, levando à relativa masculinização do campo. Assim como existem diferenças nos processos de socialização e nas oportunidades de inserção na atividade agrícola para rapazes e moças (Freire, 1984; Woortman, 1995; Brumer, 2004; Paulilo, 2004), eles e elas diferenciam-se também nas representações sobre a vida no meio rural, sendo as moças mais críticas e com posições mais negativas do que os rapazes. A posição mais crítica das mulheres decorre da desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar e pela invisibilidade de seu trabalho (Paulilo, 2004), mas também pelo pouco espaço a elas destinado na atividade agrícola comercial, onde atuam apenas como auxiliares (Brumer, 2004).

Em entrevistas realizadas com jovens filhos de agricultores familiares no sul do Brasil, suas reivindicações abordam dois aspectos: acesso a uma renda própria, cujos recursos eles possam decidir como utilizar; e autonomia em relação aos pais. O primeiro é dificilmente equacionável dentro da economia familiar, cujos recursos geralmente são indivisíveis e ficam sob o controle do pai. Uma alternativa para os jovens é o assalariamento, principalmente no meio urbano, que marca uma ruptura temporária ou definitiva com a atividade agrícola. A solução do segundo requer a mudança nas relações familiares, através da participação maior de todos os trabalhadores familiares no processo de tomada de decisões e de um maior espaço para a atuação dos jovens.

A falta de renda e de autonomia age de maneira diferenciada sobre rapazes e moças, decorrente da socialização a que são submetidos. Como mostra Castro, numa pesquisa num assentamento no Rio de Janeiro, os rapazes envolvem-se nas atividades desenvolvidas pelos pais, seja na construção ou reforma da casa, seja nas tarefas agrícolas; enquanto que as moças restringem-se ao apoio às atividades desempenhadas

pelas mães, predominantemente no espaço doméstico, que inclui os trabalhos da casa, cozinha, roupa, cuidado de crianças menores e da horta e animais domésticos. Ao mesmo tempo, a família mantém maior controle sobre as mulheres, “principalmente ‘jovens’, que são ‘proibidas’ ou sofrem muitas restrições quanto à circulação dentro e fora do assentamento” (Castro, 2005: p.332).

Para os rapazes, como mostra Castro (2005: p.332), além do trabalho externo ao lote no assentamento, o ingresso nas forças armadas contém a possibilidade de obtenção de renda e autonomia, uma vez que “o alistamento militar obrigatório para os homens representa um processo de conquista de liberdade, mesmo sem sair da casa dos pais”. Para as moças, a frequência a uma escola no meio urbano significa uma primeira etapa da busca de alternativas; a segunda etapa é alcançada com o casamento ou através de um emprego. A conquista de autonomia - ou de *liberdade*, na expressão dos jovens -, porém, só é obtida com a saída da casa dos pais, pois o controle sobre elas é exercido enquanto estiverem vivendo com eles (Castro, 2005: p. 337).

As observações de Castro sobre o assentamento estudado assemelham-se aos resultados de pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul, principalmente no que diz respeito às diferenças entre rapazes e moças no processo de socialização, na participação nas esferas produtiva e doméstica, nas formas de lazer e na liberdade de circulação (Weisheimer, 2004; Siqueira, 2004). Há ainda diferenças entre rapazes e moças na valorização da educação: as moças investem mais na educação do que os rapazes, principalmente com vistas à preparação para um emprego na cidade.

É importante registrar que a frequência a uma escola de ensino médio requer a ida regular dos jovens às sedes dos municípios, onde têm acesso a outro modo de vida e de relações sociais. Esses jovens também são submetidos ao confronto de valores sobre a vida no meio rural e no meio urbano, pois os cidadãos (alunos e professores) transmitem uma visão relativamente negativa dos rurais (Siqueira, 2004). No entanto, a circulação entre o campo e a cidade possibilita aos jovens a ampliação de seu círculo de relações sociais e uma maior integração cultural.

Como o ingresso na atividade agrícola, como produtor familiar, na maioria dos casos é endógena - isto é, são os próprios agricultores familiares que geram seus sucessores -, a emigração dos jovens e sua visão relativamente negativa da vida no meio rural revela a existência de uma crise de reprodução social, apontada por Bourdieu (1989). Ademais, como o casamento depende da oferta de jovens do próprio meio, sendo raros os casos de jovens cidadinas dispostas a casar com agricultores, e o número

de moças migrantes é proporcionalmente maior do que o de rapazes, o risco de celibato pode ser um estímulo adicional à migração dos rapazes (Lopes, 2006).

Dado o avanço dos conhecimentos sobre as tendências migratórias e a visão dos jovens sobre a atividade agrícola, parece importante a inversão da questão, procurando examinar as condições que favorecem sua permanência. Neste sentido, são importantes os estudos que analisam o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não agrícolas, para jovens de ambos os sexos. Dentro desta perspectiva, faltam estudos que particularizem as relações sociais em diferentes regiões do Brasil.

Um desses estudos procurou explicar a presença de um número proporcionalmente maior de jovens numa região do Rio Grande do Sul: os produtores de morango eram relativamente mais jovens quando comparados com os demais agricultores incluídos na pesquisa (Brumer, Rosas, Weisheimer, 2000)⁴. Como proposta de interpretação, procurava-se justificar a maior presença relativa de jovens através de dois aspectos: a divisão de trabalho praticada entre os produtores de morango, na qual os trabalhadores desempenhavam atividades específicas de forma relativamente autônoma, sob a supervisão geral do ‘chefe’ do estabelecimento; e o acesso a uma renda individualizada, uma vez que cada trabalhador tinha direito a uma parte dos recursos obtidos com a comercialização⁵. No entanto, verificou-se que a produção de morango também gerava proporcionalmente maior renda e maior volume de trabalho, devido à combinação de atividades de produção e comercialização direta. Concluiu-se então pela inexistência de um único fator explicativo: havia indícios de associação entre diversificação produtiva (que requer um número relativamente maior de trabalhadores e proporciona uma distribuição mais eqüitativa do trabalho durante o ano), volume de renda (só se pode dividir o que ultrapassa as necessidades mínimas necessárias à reprodução no ciclo curto) e divisão da renda entre os que trabalham, de um lado, e a absorção de jovens na atividade agrícola, de outro (Brumer, Rosas, Weisheimer, 2000).

Para o avanço das pesquisas sobre a migração dos jovens, destaca-se a

⁴ A coleta de dados para esta pesquisa foi realizada em 1998, com apoio do CNPq e da FAPERGS, e teve como eixo a caracterização de produtores familiares envolvidos na produção de frutas no Rio Grande do Sul. Foram entrevistados 201 produtores, em duas regiões do estado: Vale do Café (produtores de morango e de frutas cítricas) e Litoral Norte (produtores de banana e de abacaxi).

⁵ O ‘chefe’ do estabelecimento e os trabalhadores mantinham uma espécie de relação de parceria: cada lote de 15 mil mudas ficava sob a responsabilidade de um trabalhador, geralmente filho ou filha do responsável, mas também cunhada (num caso em que o marido era inválido), sobrinho ou sobrinha, cabendo a cada um aproximadamente 40% do valor de venda dos produtos.

importância de novos estudos sobre os fatores que atraem os jovens para a atividade agrícola e para a vida no meio rural. Nesses estudos, é necessária uma abordagem de gênero, que dê conta das condições de inserção e dos interesses e motivações de rapazes e moças. É preciso considerar, assim, que os papéis masculinos e femininos, na agricultura familiar, podem ser vinculados ao duplo caráter da propriedade/produção: ao homem é atribuída a esfera da produção - pública, rentável, que possibilita à família manter-se enquanto grupo - e à mulher, a esfera da reprodução - privada, auto-suficiente, garantindo aos membros da família as condições que, em curto prazo, os mantenham enquanto indivíduos. Como afirmam Brumer e Giacobbo, “é preciso reconhecer que, embora as atividades produtivas sejam desenvolvidas em conjunto pelos membros de uma mesma família, em nossa sociedade, essa é uma atividade tipicamente masculina.” (Brumer; Giacobbo, 1993). É preciso verificar também em que condições as moças mostram interesse na agricultura, permitindo reverter a tradicional exclusão das mulheres da atividade agrícola.

A relação entre expectativa de sucessão geracional na agricultura familiar e sua concretização

Muitos trabalhos sobre juventude rural abordam a perspectiva de permanência dos jovens no meio rural, entre os quais estão os que se detém na sucessão geracional dos estabelecimentos agropecuários familiares. De um modo geral, considera-se a sucessão geracional na agricultura familiar de grande importância, não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, mas também para a reprodução dessas unidades de produção ao longo do tempo, o tecido social e a aparência das áreas rurais, assim como a estrutura do setor agrícola.

Ao constituírem-se simultaneamente como unidades de produção e de consumo, estas famílias e as gerações que as antecederam tinham como objetivo a reprodução da própria unidade familiar. Os elementos necessários a isso são, além do que se necessita para a reprodução imediata (como alimentos), estratégias que possibilitem a reprodução da condição social de agricultor (reprodução geracional). É nesse sentido que Abramovay entende que uma das funções da família seria a “produção de terra”. Ora, num momento inicial da colonização da região sul do Brasil, com base em imigrantes de origem alemã e italiana, no século XIX, isso não parece ter sido um grande problema, uma vez que os filhos podiam migrar para novas áreas de ocupação e ali comprar sua propriedade ou ainda era possível dividir entre os herdeiros a propriedade familiar.

Entretanto, com as sucessivas divisões da terra, chega-se a um limite de viabilidade que pode comprometer a partilha igualitária da terra, pois a área destinada aos herdeiros não é capaz de garantir a subsistência de todos. Também as terras disponíveis vão se tornando escassas com a progressiva ocupação do espaço e esgotamento da fronteira agrícola. Neste ponto coloca-se a necessidade de buscar estratégias familiares alternativas, que permitam a manutenção da propriedade e do estatuto de agricultor e a reprodução dos filhos; é necessário determinar quem será o sucessor e como se dará a transmissão da exploração, tendo em vista a indivisibilidade da propriedade.

Dada a inviabilidade da permanência de todos os filhos na propriedade familiar, a transmissão do patrimônio costuma beneficiar apenas um dos herdeiros; para os demais, o único caminho possível é a saída do meio rural (Seyferth, 1985; 1991). Algumas pesquisas apontaram para o costume de privilegiar, com a herança da terra, o filho mais jovem, geralmente do sexo masculino, o qual, ao assumir a propriedade, responsabilizava-se pelo cuidado dos pais na velhice (Moura, 1978; Tavares dos Santos, 1978; Carneiro, 1993). Os filhos excluídos da herança da terra eram encaminhados para regiões de expansão da fronteira agrícola, para o seminário ou convento; as moças recebiam um dote simbólico que as tornavam aptas a casar com algum agricultor.

Mais recentemente, constata-se a mudança nos padrões sucessórios, devida em parte à significativa redução do número de filhos e em parte a mudanças nas relações familiares que possibilitam aos jovens buscar alternativas individualizadas. A mudança da noção de tempo, apontada por Leccardi (2005), também afeta os jovens rurais e suas expectativas de vida. Em muitos casos, os estabelecimentos ficam sem sucessores; em outros, algum filho, não necessariamente o mais velho ou o mais jovem, assume o estabelecimento após a aposentadoria ou a morte do pai; ou é a filha que se torna a herdeira da terra. Outra questão é a forma como os filhos não herdeiros da terra são compensados pela cedência de sua parte da herança paterna.

Pesquisas realizadas em outros países apontam alguns fatores explicativos da perspectiva de sucessão geracional, tais como a localização do estabelecimento em relação às regiões metropolitanas; a idade do pai, da qual depende a transferência do poder decisório junto com a transferência da propriedade; e o tamanho do estabelecimento.

Numa pesquisa realizada em Israel, com pequenos produtores familiares,

organizados em *moshavim*⁶, Kimhi e Nachlieli (2000) verificaram que os estabelecimentos localizados nas proximidades das regiões metropolitanas tinham maiores chances de encontrar sucessor do que aqueles situados em áreas mais afastadas. É fácil explicar isso pelas maiores oportunidades de trabalho fora do estabelecimento ou de criação de atividades turísticas ou não agrícolas nos estabelecimentos localizados perto de regiões metropolitanas.

Entre os fatores explicativos da perspectiva de sucessão geracional, Patrick Champagne (1986), em pesquisa realizada na França, atribui ao tamanho do estabelecimento a decisão dos jovens permanecerem no meio rural, pois nas propriedades maiores era mais provável haver um jovem sucedendo o pai no estabelecimento do que nas propriedades menores. O tamanho do estabelecimento, nos casos estudados, não deve ser tomado estritamente em termos absolutos, mas em sua capacidade de gerar renda e um determinado padrão de vida. Esta idéia está mais clara na pesquisa coordenada por Ricardo Abramovay (Abramovay et al., 1998), no oeste do estado de Santa Catarina (Brasil), em que se utiliza a classificação dos agricultores com base em outra pesquisa realizada pelos técnicos da Epagri em Santa Catarina (Testa et alli, 1996). Naquela pesquisa, os agricultores são categorizados em três tipos: a) consolidados (agricultores cuja atividade permite não só a reprodução da família, mas também gerar algum nível de investimento e acumulação); b) em transição (agricultores que vivem da agricultura, mas, por não conseguirem fazer investimentos, encontram-se ameaçados de declínio em sua situação econômica); c) em exclusão (agricultores com renda insuficiente para viver das atividades realizadas no interior do próprio estabelecimento). Na pesquisa coordenada por Abramovay, entre os agricultores consolidados era mais freqüente a sucessão já estar decidida do que entre os agricultores em exclusão ou em transição (Abramovay et al., 1998: p.57-8).

Outra conclusão dessas pesquisas diz respeito a diferenças entre rapazes e moças, dada a existência de um 'viés masculino' nos processos sucessórios (Abramovay et alli, 1998: p.72-80). Praticamente em todas as pesquisas mais recentes as mulheres aparecem como excluídas da herança da terra; elas somente se tornam candidatas à sucessão na inexistência de um filho varão ou na possibilidade de nenhum filho do sexo masculino mostrar interesse na atividade agrícola.

⁶ *Moshavim* são associações cooperativas, em áreas de propriedade do Estado, com o uso determinado por contratos de 99 anos, renováveis, onde cada 'proprietário' dispõe de uma área individual e parte de uma área cultivada em conjunto. De acordo com regulamentos institucionais, a terra como unidade pode ser transferida para um único filho (Kimhi, Nachlieli, 2000).

A maioria dos estudos sobre sucessão na agricultura centra-se nos projetos dos jovens ou nas expectativas dos pais. Será que esta abordagem permite avaliar as condições reais de sucessão?

Enquanto Bourdieu e Passeron (1964) desenvolvem a idéia de que “as pessoas costumam ajustar seus projetos a suas chances objetivas”, Väre, Weiss e Pietola (2006), com base em dados sobre a Finlândia, questionam a validade dos estudos sobre as perspectivas de sucessão dos estabelecimentos, uma vez que existe uma relativa distância entre a formulação de intenção e sua efetiva concretização. Eles citam Foxall (1983), que argumenta que “uma elevada correspondência entre intenção e comportamento pode ser esperada apenas em circunstâncias muito limitadas (e não realistas)” (Foxall, 1983, apud Väre, Weiss e Pietola, 2006: p.3). Os autores utilizam dados obtidos através de um estudo de painel de 348 estabelecimentos, disponíveis para o período de 1996 a 2001. Do total de entrevistados, 58 (17%) pretendiam fazer a sucessão de seus estabelecimentos nos próximos cinco anos e 290 (83%) não pretendiam fazer isso. Entre os que pretendiam fazer a sucessão, apenas 18 (31%) efetivaram seu projeto e entre os que não pretendiam transferir o estabelecimento para um sucessor a maioria (279, ou 96%) cumpriu o plano, embora 11 (0,4%) tenham feito a sucessão sem tê-la planejado. A discrepância entre a intenção e o comportamento efetivo deveu-se principalmente à idade dos produtores, que age em duas direções: “enquanto que a probabilidade de uma sucessão planejada é superestimada entre produtores mais jovens, observa-se o contrário quando os produtores têm mais de 65 anos” (Väre, Weiss e Pietola, 2006: p.9).

Outro trabalho que vai numa direção semelhante é o de Handfield, Jean e Parent (2005), que examinaram alguns casos de sucessão geracional frustrada, em estabelecimentos familiares agrícolas, no Québec, Canadá. Como ponto de partida, os autores verificaram que nem mesmo quando há jovens potenciais ou efetivamente sucessores, motivados a suceder os pais nos estabelecimentos familiares, há garantia de sucessão geracional. Focalizaram então alguns casos de famílias que não concretizaram a sucessão geracional de seus estabelecimentos, examinando os discursos de pais cujos filhos não puderam estabelecer-se na propriedade familiar (abandono *ante*) ou, depois de nela estabelecer-se, desistiram de seu projeto de sucessão geracional (abandono *post*).

Apoiados nos dados obtidos em entrevistas com 39 pais de jovens potencialmente sucessores dos estabelecimentos familiares, os autores questionam a

tendência a considerar esses sucessores como um grupo homogêneo, cujas distinções geralmente fundam-se basicamente na idade, apego à família ou escolaridade, e mostram que eles se diferenciam em dois aspectos: primeiro, os motivos pelos quais se tornam sucessores; e segundo, suas representações sobre o estabelecimento, que provocam diferentes motivações para assumi-lo.

Entre os motivos apontados pelos pais entrevistados para que o filho se tornasse seu sucessor no estabelecimento familiar, os principais, por ordem de importância, são: a) o fato de o jovem ser o único filho do sexo masculino; b) o fato do jovem ser o único filho, o único que ficou em casa, após a saída dos demais irmãos, ou o filho mais jovem; c) o jovem aceitou permanecer como sucessor, embora não fosse o filho que os pais esperavam ser seu sucessor; d) os pais não tinham preferência por nenhum filho; e) era o único filho que mostrou interesse em permanecer na atividade agrícola. Entre os filhos que tinham como projeto permanecer na atividade agrícola (36% do total), 43% desistiram antes de assumir a propriedade e 57% abandonaram-na alguns anos depois de tê-la assumido. Entre os que acabaram sendo sucessores 'por acaso' (28%), 36,4% desistiram antes da sucessão e 63,6% desistiram depois de sua efetivação. Entre os que se tornaram sucessores por não verem alternativas (21%), a metade desistiu antes e a outra metade desistiu depois. E entre os que foram designados à sucessão pelos pais, considerando-a como uma obrigação (15%), a metade desistiu antes e a outra desistiu depois.

De acordo com os autores, “é preciso romper com a idéia de que os sucessores são escolhidos pelos pais, pois às vezes são identificados como tal e às vezes não”. É preciso considerar também que “a escolha do sucessor frequentemente é orientada ou determinada por fatores culturais ou situacionais que, de alguma maneira, impõem-se aos pais predecessores” (Handfield, Jean e Parent, 2005: p.192).

Os motivos principais para a desistência dos jovens potenciais ou efetivamente sucessores, antes da transferência do estabelecimento a eles, de acordo com os pais, foram: a) o projeto dos jovens era distinto das condições estabelecidas pelos pais, que em consequência recusaram sua sucessão; b) a proposta de transferência do estabelecimento contrariava a expectativa dos jovens. Além desses motivos, foram apontados ainda o alto valor de investimentos considerados necessários para a transferência ou para garantir a viabilidade do estabelecimento do jovem; e a incerteza dos pais sobre o jovem, quanto a sua vontade, capacidade ou maturidade para assumir a direção do estabelecimento. No caso dos que abandonaram o estabelecimento após tê-lo

assumido, de acordo com os pais, os principais motivos foram o desinteresse manifestado ou a falta de responsabilidade dos jovens, em mais de um terço dos casos (36%); a má gestão financeira, implicando a elevação das despesas desacompanhadas do crescimento das rendas, que resultaram no aumento da dívida (27%); a má gestão da produção, provocando a diminuição das receitas (27%); o desequilíbrio entre a partilha das partes da propriedade, receitas agrícolas, trabalho ou poder na tomada de decisões.

Como indicam Handfield, Jean e Parent:

Tanto nos casos de abandono *ante* ou de abandono *post* estabelecimento, sua explicação, conforme expressada pelos pais predecessores, abrangem particularmente os problemas relacionais envolvendo as dificuldades de comunicação familiar e de negociação profissional, as quais repercutem sobre as relações afetivas e os negócios. Entre os motivos do abandono dos estabelecimentos estão também os problemas financeiros, que implicam em dificuldades de gestão empresarial e de planejamento financeiro, provocando as possibilidades de negócios e a viabilidade econômica do estabelecimento após a sucessão. É possível que, mais profundamente, estejam os conflitos de valores pessoais, que influenciam as percepções dos atores sobre o outro, sobre sua relação, sobre a situação e sobre as soluções; estes distanciamentos no plano dos valores provocam conseqüências negativas sobre o processo de sucessão familiar (Handfield, Jean e Parent, 2005: p.197).

É preciso destacar o risco de transporem-se, para a análise da realidade brasileira, conclusões de trabalhos realizados em outros contextos. De fato, as características do processo sucessório na região do Québec são bastante distintas das que ocorrem na agricultura do Rio Grande do Sul. Um dos aspectos diferenciadores é o elevadíssimo investimento dos estabelecimentos familiares canadenses quando comparados a seus congêneres brasileiros. Os produtores incluídos na pesquisa realizada por Handfield, Jean e Parent têm no leite sua principal produção, que é praticada de forma intensiva, envolvendo elevados investimentos em terra, qualidade genética do gado, sistemas de refrigeração, tubulações e engarrafamento, equipamentos pesados (silo, tratores, ensiladeira) e principalmente na aquisição de cotas de produção que lhes dá a garantia de venda de seus produtos no mercado (Stanek, 1993: p.42). O principal aspecto diferenciador, porém, talvez esteja no *timing* da sucessão, uma vez que no caso canadense ela geralmente ocorre ainda no período de vida dos pais, com a instalação de um ou dois filhos, enquanto que no Brasil ela usualmente se dá por um processo de herança, após o falecimento do pai predecessor (Brumer, Duque, Lourenço, Wanderley, 1993). Como foi constatado na pesquisa comparativa sobre a agricultura familiar, na qual estavam incluídos os dois países considerados aqui, os pesquisadores brasileiros registraram que:

A grande maioria dos agricultores brasileiros proprietários tem um sucessor; os que ainda não o designaram têm possibilidade de fazê-lo, no momento oportuno, entre seus herdeiros. O modo predominante de transmissão de heranças consiste no reconhecimento do direito de todos os herdeiros e na realização de uma partilha igualitária de bens. Contudo, no Brasil não existe um mecanismo legal que permita a transferência progressiva da propriedade do pai, enquanto vivo, aos filhos ou que facilite aos filhos assumir a responsabilidade progressiva da gestão da exploração familiar, como se verifica no Canadá e na França. Nessas condições, o princípio de igualdade declarado pelos produtores traduz-se, na prática, por uma série de arranjos que visam contornar os problemas concretos resultantes da dimensão da família e com vistas à reprodução da exploração (Brumer, Duque, Lourenço, Wanderley, 1993: p.191-2).

É possível esperar que, no Brasil, a baixa expectativa dos jovens de se instalarem como agricultores enquanto o pai estiver vivo dificulte ainda mais do que aos jovens canadenses a relação entre seu projeto de instalação e sua efetiva realização. Caso se deixem envolver pelos interesses familiares, permanecem trabalhando sob a autoridade paterna enquanto este for vivo; se decidirem buscar outra atividade enquanto esperam o momento da sucessão, podem perder o interesse na atividade agrícola. Em entrevistas realizadas com jovens e seus pais que trabalham lado a lado, no interior do Rio Grande do Sul, por exemplo, percebe-se ainda certa tensão entre as gerações: de um lado os pais, que empregam técnicas “que estão dando certo”, e de outro os jovens, com anseios de inovação.

Bourdieu (1989) explica a ocorrência das tensões entre pais e filhos pela individualização do mercado de trabalho urbano e rural, de um lado, e pela subordinação da sociedade camponesa à sociedade industrial, de outro. Esses dois processos limitaram o papel da família como instância entre o indivíduo e a sociedade, nas áreas rurais, dando margem à sedimentação de conflitos e interesses antagônicos. Como mostra o autor:

Há períodos em que a procura do ‘novo’ pela qual os ‘recém-chegados’ (que são também, quase sempre, os mais jovens biologicamente) empurram os ‘já-chegados’ para o passado, para o ultrapassado, para a morte social (“ele está acabado”) se intensifica e, ao mesmo tempo, as lutas entre as gerações atingem uma maior intensidade: são os momentos em que as trajetórias dos mais jovens e dos mais velhos se chocam, quando os jovens aspiram ‘cedo demais’ à sucessão” (Bourdieu, 1989: p.120).

Alguns estudos vêm mostrando a mudança nos padrões sucessórios (Mello et alii, 2003) e a ocorrência de tensões ou conflitos entre os herdeiros (Zorzi, 2005). Além disso, os jovens oscilam entre o projeto de construir vidas mais individualizadas (o que se expressa no desejo de “melhorarem o padrão de vida”, de “serem algo na vida”)

e o compromisso com a família (Carneiro, 1998).

Mello e os demais pesquisadores envolvidos em duas pesquisas realizadas no oeste de Santa Catarina mostraram que, até o final dos anos 1960,

“o padrão reprodutivo das unidades familiares estava fundamentado no minorato. Enquanto o filho mais novo ficava com a propriedade paterna, a reprodução da profissão de agricultor dos demais filhos era viabilizada pela dotação dos meios materiais necessários, pela valorização da profissão de agricultor, pela grande mobilidade espacial e pela existência de um dinâmico mercado de terras” (Mello et alii, 2003).

A partir do final dos anos 1970, “começa a haver uma ruptura do padrão anterior, ao mesmo tempo em que não surge um padrão claramente definido e legitimado pelos membros da família” (Mello et alii, 2003). Os autores mostram que “as questões relacionadas à sucessão não são objeto de uma preparação prévia e organizada por parte da maioria das famílias, tanto no que diz respeito à definição de quem fica no estabelecimento paterno, quanto à forma de remunerar os irmãos não sucessores” (Mello et alii, 2003). De forma semelhante, Zorzi detectou uma crise sucessória, quando em alguns casos os filhos herdeiros não chegavam a um consenso entre transferir os direitos de propriedade ao irmão que trabalhou junto com o pai durante muitos anos, enquanto os irmãos tiveram a oportunidade de estudar e investir em profissões rentáveis; ou dividir a propriedade igualmente entre todos (Zorzi, 2005).

Viera (2004) chama a atenção para o fato de que os projetos dos jovens são vistos por eles mesmos como sem possibilidades de concretização. De acordo com a autora, Heilborn e outros, focalizando as classes populares, afirmam que “o estreito horizonte de oportunidades restringe a possibilidade de planejamentos futuros e de previsões a médio ou longo prazo”. Em decorrência disso, há uma espécie de *presentificação* da vida e a idéia de *projetos* cede lugar à de *sonhos* (Heilborn, 2002: p.29).

Vieira destaca que a noção de *presentificação* da vida parece ser adequada para analisar os projetos desses jovens – ou os projetos (in)definidos. Muitos jovens entrevistados pela pesquisadora respondiam à pergunta de como pretendiam estar vivendo dez anos à frente, como não tendo a menor idéia, que tudo dependeria das oportunidades que surgissem. Sua meta, em curto prazo, era concluir os estudos (referindo-se principalmente ao ensino médio); no longo prazo, “*daí a gente vê*”.

Com base nos estudos que colocam limites à importância dos projetos ou sonhos dos jovens, propõe-se a ênfase na análise de processos concretos de sucessão ou não

sucessão dos estabelecimentos familiares. Esses estudos deveriam ser realizados em regiões diversas do Brasil, focalizando diferentes arranjos econômicos e situações familiares.

Sugere-se ainda a necessidade de estudos sobre experiências bem sucedidas de sucessão enquanto os pais ainda são relativamente jovens. Neste aspecto, parece ser interessante uma abordagem dos efeitos de políticas públicas voltadas ao acesso à terra e à produção para jovens.

Conclusões

Procurou-se fazer, neste texto, uma revisão de dois temas muito freqüentes nas análises sobre jovens rurais, no contexto da agricultura familiar. No primeiro, evidenciou-se a amplitude de estudos abordando os motivos dos jovens em sua decisão de sair do meio rural, que enfatizam suas representações negativas sobre a atividade agrícola substanciadas em dificuldades concretas: baixos rendimentos, dificuldade de acesso à terra, dureza do trabalho e das condições de vida e falta de autonomia. No segundo, tratou-se da sucessão geracional dos estabelecimentos, considerando de um lado os padrões existentes e de outro alguns aspectos que explicam sua concretização.

Com base nessa revisão, sugeriram-se alguns eixos de pesquisa. No primeiro, propõe-se que em lugar de procurar responder à questão ‘porque os jovens saem do meio rural’ busque-se responder à questão ‘porque os jovens permanecem no meio rural’. A formulação desta questão implica no conhecimento efetivo de instalação dos jovens, em atividades agrícolas ou não agrícolas, assim como das condições de vida e trabalho no meio rural. Implica também na análise das representações dos jovens com base na realidade. No segundo eixo, questiona-se a validade de estudos sobre as expectativas dos pais sobre a transferência da propriedade de uma geração para outra, sugerindo-se seu direcionamento para experiências concretas de sucessão e de não sucessão. Trata-se de, neste caso, examinar os aspectos que favorecem a instalação dos jovens como agricultores e os motivos de fracasso na sucessão geracional dos estabelecimentos familiares.

Propõe-se também que os dois eixos de pesquisa sugeridos incluam a perspectiva de gênero, que possam explicar tanto as condições em que rapazes e moças permanecem no meio rural, como as que viabilizam o acesso de jovens de ambos os sexos ao controle dos estabelecimentos familiares.

Referências

- ABRAMOVAY, R. (coord.) et alii. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.
- BOURDIEU, Pierre, A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121.
- BOURDIEU, Pierre. Reproduction interdite; la dimension symbolique de la domination économique. *Études rurales*, janvier-juin 1989, p.13-114.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *Les héritiers, les étudiants et la culture*. Paris: Ed. de Minuit, 1964.
- BRUMER, A.; FREIRE, N. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. In *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, vol 11/12 (1983/1984), p. 305-322.
- BRUMER, A.; GIACOBBO, E. A mulher na pequena agricultura modernizada. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, *Humanas*, vol. 16 (1): p.139-56, jan./junho 1993.
- BRUMER, A.; ROSAS, E. N. L.; WEISHEIMER, N. *Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar*. X Congresso da International Rural Association (IRDA)/Associação Internacional de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, 31/07 a 5/08 2000. Disponível em CD.
- BRUMER, A.; DUQUÉ, G.; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M. N. B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hughes (org.). *A agricultura familiar; comparação internacional. V.1 Uma realidade multiforme*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p.179-234.
- CARNEIRO, Maria José. O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C., SANTOS, R., COSTA, L.F.C. (orgs.) *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 09: p.22-55, janeiro-abril/2001.
- CASTRO, E. G. de. O paradoxo ‘ficar’ e ‘sair’: caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: INCRA/SP, 2005. p.321-49.
- CHAMPAGNE, P. Elargissement de l’espace social et crise de l’identité paysanne. *Cahiers d’Economie et Sociologie Rurales*, n° 3, déc. 1986. p.73-89.
- DURSTON, John. Juventude Rural, Modernidade e Democracia: desafio para os noventa. In: *Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano*. Série Documentos Temáticos. RS. Brasil. Junho 1994. Apud Carneiro, 1998.
- DURSTON, John. Juventud rural en Brasil y Mexico; reduciendo la invisibilidad. Trabalho apresentado no XX Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia (LASA), São Paulo, 31 de agosto a 5 de setembro de 1997.
- FOXALL, G. R. *Consumer Choice*. New York: St. Martin Press, 1983. Apud VÄRE, Minna; WEISS, Christoph R.; PIETOLA, Kyösti. *Should one trust a farmer’s succession plan? Empirical evidence on the intention-behaviour discrepancy from Finland*. Trabalho apresentado no 96º Seminário da European Association of Agricultural Economics (EAAE), realizada em Taenikon, Switzerland, em 10-11 Jan. 2006.

FREIRE, Nádya Maria S. *Mulher, trabalho e capital no campo; um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul – RS*. Porto Alegre, 1984. (Dissertação de mestrado em Sociologia Rural)

GALE, F. H. Why did the Number of Young Farm Entrants Decline? *American Journal of Agricultural Economics*, 75, 1983: p.138-146.

HANDFIELD, Mario; JEAN, Bruno; PARENT, Diane. L'insuccès de la transmission de la ferme familiale: perspectives parentales. In: JEAN, Bruno; LAFONTAINE, Danielle (dir.). *Territoires et fonctions*. Tome 2: Des pratiques aux paradigmes: Lês systèmes régionaux et les dynamiques d'innovation en débats. Rimouski, Québec, Canada: GRIDEQ, 2005. p.189-203.

HEILBORN, Maria Luiza et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. Porto Alegre, *Horizontes Antropológicos*, ano 8, n. 17, jun.2002.

KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale; sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris, Armand Colin, 1990.

KIMHI, Ayal; NACHLIELI, Noga. *Intergenerational Succession in Israeli Family Farms*. Paper presented at the 2000 Annual Meeting of the European Society for Population Economics (ESPE), June 2000.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro; mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 17 (2): 35-57, nov. 2005.

LOPES, Milena Nunes. *O celibato masculino e as perspectivas de reprodução na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais)

MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *Agricultura São Paulo*, SP, 50 (1): 11-24, 2003.

MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.

OSÓRIO, Ivan D. *As migrações de origem rural na região sul*. Porto Alegre, 1976 (tese de livre docência em Sociologia).

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1): p.229-52, 2004.

SEYFERTH, Giralda. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/CAPES/UFRJ, n.52, maio, 1985.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). In: *Anuário Antropológico 91*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p.31-63.

SIQUEIRA, Luiza Helena Schwantz de Siqueira. *As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Rural).

STANEK, Oleg. A exploração familiar no Canadá. In: LAMARCHE, Hughes (org.). *A agricultura familiar; comparação internacional. V.1 Uma realidade multiforme*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p.37-96.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho; estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. Campinas: Hucitec, 1978.

TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão*. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p.

VÄRE, Minna; WEISS, Christoph R.; PIETOLA, Kyösti. *Should one trust a farmer's succession plan? Empirical evidence on the intention-behaviour discrepancy from Finland*. Trabalho apresentado no 96º Seminário da European Association of Agricultural Economics (EAAE), realizado em Taenikon, Switzerland, em 10-11 Jan.

2006.

WEISHEIMER, Nilson. *Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Dissertação de mestrado em Sociologia).

VIEIRA, Rosângela Steffen. *Juventude e sexualidade no contexto (escolar) de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*. Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. (Dissertação de Mestrado)

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, UFPR (2): 29-37, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Identidade social e espaço de vida. In: WANDERLEY, M. de N. B. (org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável; dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH-Unicamp, 2004. p.61-74.

WOORTMAN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/Editora UnB, 1995.

WOORTMAN, Ellen F.; WOORTMAN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora UnB, 1997.

ZORZI, Analisa. *Transmissão da propriedade: uma etapa da reprodução social na agricultura familiar*. Porto Alegre: Departamento de Sociologia, UFRGS, 2005. (Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais).
